

IV CLAB — Coloquio Latinoamericano de Biopolítica

II CIBE — Coloquio Internacional de Biopolítica y Educación

3 al 6 – septiembre – 2013 — Bogotá, Colombia

Conferência de Encerramento (Ponencia de Clausura)

**Estudos de Biopolítica e Educação na América Latina:
avaliação e perspectivas ***

Alfredo Veiga-Neto **

alfredoveiganeto@uol.com.br

[É preciso pensar] sobre o papel que a Educação desempenha em toda civilização, ou seja, sobre a obrigação que a existência de crianças impõe a toda sociedade humana. Arendt (1990, p. 234)

Ao saudar a Comissão Organizadora deste *IV Colóquio Latinoamericano de Biopolítica e II Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação* —nas pessoas do Prof. Dr. Santiago Castro e da Prof^a Dr^a Amalia Boyer (na Coordenação Acadêmica) e do Prof. Dr. Adrián José Perea Acevedo, da Prof^a Dr^a Ruth Amanda Cortés Salcedo, da Prof^a Dr^a Natalia Pineda e da Prof^a Dr^a Dora Lilia Marín-Díaz (na Coordenação Executiva)—, ao saudar essas pessoas, saúdo todos os colegas que participaram destes dois Colóquios que agora se encerram. Se não fossem os esforços dessas pessoas cujos nomes eu citei, bem como se não fosse o trabalho das equipes sob suas lideranças, eu não estaria aqui, nós não estaríamos aqui e tudo o que aconteceu nestes últimos 4 dias não teria acontecido da maneira tão positiva como aconteceu. Agradeço a todos eles e a todas elas, bem como aos colegas e às colegas que, acreditando na importância deste evento, se deslocaram das suas cidades e de seus países e vieram a esta magnífica Cidade de Bogotá.

Tenho certeza de que esse meu preito de gratidão é partilhado por todos aqueles que por aqui passaram e que hoje aqui estão. Certamente, falo por mim e por eles também. Para nós, estrangeiros, é muitíssimo prazeroso estarmos na Colômbia, um país tão belo, tão acolhedor e cujo desenvolvimento serve de exemplo para todos nós.

Além desses agradecimentos —mais afetivos e sinceros do que protocolares ou de ofício— faço agora um comentário de ordem muito pessoal. Terem me convidado para fazer a palestra de encerramento deste evento constituiu-se, para mim, num grande desafio e num motivo de alegria e imensa honra. Já se passaram 2 anos que, em

Buenos Aires, ocupei o mesmo lugar que agora ocupo. Diante do convite que vocês fizeram, fico imensamente grato e sinto-me no dever de não frustrar as expectativas da Comissão Organizadora nem das pessoas que aqui estão.

*

Feitos esses agradecimentos —que são muito sinceros!—, vamos para o centro da minha fala.

À medida que eu me preparava para o encerramento deste evento e ia organizando uma discussão sobre os Estudos de Biopolítica e Educação na América Latina, fui me dando conta de três coisas.

Em *primeiro lugar*, me dei conta de que não caberia descer aos detalhes conceituais da biopolítica; afinal, nenhum de nós é recém-chegado neste campo. Aliás, não foi exatamente sobre Biopolítica que se falou todo o tempo nestes últimos dias? Sendo assim, nem é necessário descer àqueles detalhes e nem mesmo eu me autorizo para tal, diante de vocês.

Em *segundo lugar*, me dei conta de que este não seria nem o melhor momento nem o melhor espaço para apresentar um estado da arte mais ou menos detalhado sobre os Estudos de Biopolítica no Brasil e suas relações com a Educação. Quase sempre, levantamentos descritivos são áridos e não se harmonizam com comunicações orais. Além disso, um levantamento específico sobre o Brasil pouco contribuiria para a sessão de encerramento de um Colóquio que é, ao mesmo tempo, latino-americano e internacional.

Em *terceiro lugar* —mas igualmente importante—, me dei conta de que eu deveria voltar para algumas questões levantadas há dois anos atrás, por mim e por outros colegas que participamos do evento de Buenos Aires. Voltar a tais questões tem uma dupla vantagem: reforça suas importâncias e, ao mesmo tempo, explora algumas novas possibilidades para abriremos outras frentes investigativas.

Por tudo isso, se eu pudesse reescrever o título desta minha fala, faria duas pequenas alterações. A primeira: eu acrescentaria “voltando a uma antiga questão”. A segunda alteração: eu grafaria com letras pequenas a palavra “avaliação”, mas com letras bem maiores a palavra “perspectivas”.

É a partir dessas diretrizes, então, que eu dividi o que segue em 3 seções. Começarei por sublinhar a radical inseparabilidade entre a biopolítica e a educação,

tomando a governamentalidade como um operador diádico. Penso que, num evento como este nosso, nunca será demais discutirmos as íntimas conexões entre a biopolítica e a educação. Em seguida, eu traçarei, em linhas bem gerais, o cenário em que os Estudos de Biopolítica se estabeleceram na América Latina e a atual proliferação discursiva cujo centro de irradiação foram os conceitos foucaultianos de biopoder, biopolítica, governo e governamentalidade. No final, voltarei às relações entre a biopolítica e a educação, para comentar algumas perspectivas e possibilidades de estudo num futuro imediato.

Biopolítica e Educação — a governamentalidade como operador diádico

Há mais de uma década, muitos de nós temos insistido que sem a educação moderna —com seus aparatos institucionais, seus dispositivos, seus regramentos normalizadores e suas múltiplas práticas— não existiria nem o liberalismo, nem o neoliberalismo, nem a biopolítica e nem a governamentalidade. Enfim, sem a educação, as sociedades seriam completamente diferentes daquilo que são hoje. Dita assim, dessa maneira tão genérica, esta frase é trivial; ela tem aquela obviedade que, no Brasil, se costuma chamar de “tamanho único”, ou seja, ela serve para tudo. E, na medida em que uma frase serve para tudo, ela acaba servindo para nada. Afinal, quem poderia negar a importância da Educação e a sua presença em todas as instâncias da vida nas sociedades modernas e contemporâneas? Como poderíamos pensar nas atuais relações de trabalho, nos arranjos políticos e práticas democráticas dos Estados Modernos? Como poderíamos pensar nos desenvolvimentos tecnológicos sem a participação maciça dos processos e aparatos educacionais?

O que quero salientar vai além disso tudo. Vai além das relações quase-mecânicas entre a educação e o mundo social; vai além de entender a educação como um treinamento ou capacitação para determinadas competências e aquisição de certos conhecimentos. Vai além, até mesmo, das afirmações (corretas e importantes) de que pela Educação nós colocamos em marcha e “aplicamos” a biopolítica e diferentes formas do biopoder, e ensinamos determinadas práticas e valores sociais relativos à vida das coletividades. Em sintonia com os *insights* de Michel Foucault, o que quero salientar é da ordem de uma inseparabilidade mais radical, mais profunda. Para usar um conceito deleuziano, podemos dizer que a inseparabilidade entre o mundo social —aí incluídas as biopolíticas— e a educação é da ordem da imanência. Sendo assim, entre ambas —entre a biopolítica e a educação— não se deve falar em um plano de causas e um outro plano de efeitos, mas, sim, em planos de imanência.

Para que tal imanência fique mais clara, farei duas observações.

A *primeira observação* refere-se à abrangência que estou dando à palavra Educação. Com ela, me refiro aos processos que acontecem tanto nos ambientes institucionalizados —de que as escolas são o maior exemplo— quanto nos ambientes familiares, religiosos e da sociedade em geral. Entendo que educamos e somos educados em toda parte: das salas de aula aos *shopping centers*, dos restritos ambientes familiares aos *shows* produzidos pela indústria cultural, das novelas de televisão aos cultos religiosos, das revistas e jornais aos espaços virtuais da internet, dos jogos eletrônicos às leituras das obras de Cervantes e Machado de Assis. E quando uso a palavra “escola” estou me referindo a um locus específico, a esse espaço institucional que a Modernidade inventou e no qual se dão processos de ensinar e aprender previamente planejados/programados e, depois, avaliados. Independentemente das faixas etárias, dos estratos sociais e dos níveis cognitivos dos atores envolvidos, a escola caracteriza-se principalmente por ser a instituição onde os processos educativos são de natureza curricular, isso é, seguem um planejamento prévio (explícito ou implícito), um desenvolvimento (mais ou menos) controlado e uma avaliação (mais ou menos) estruturada.

A *segunda observação* que quero fazer diz respeito ao estatuto da Educação. Deixemos um pouco de lado os milhares de livros que já foram escritos a fim de conceituar a Educação e fiquemos com a noção extremamente interessante e simples proposta por Émile Durkheim e desenvolvida por Hannah Arendt. Para a filósofa, a Educação pode ser entendida como o conjunto de ações e práticas cujo objetivo principal é conduzir ou levar os que ainda não estavam aqui —as crianças, os estranhos, os estrangeiros, os outros, os de fora, os recém-chegados— para o interior de uma sociedade que já estava aí e que os precedia. Assim, educar é trazer para o “domínio de”; nesse sentido, educar é correlato a dominar e domesticar, sem que se coloque nessas palavras a carga pejorativa que em geral se atribui a elas.

Tenho insistido que a etimologia remota de domesticar —na forma do radical indo-europeu *demd*— denota “casa”, “morada”; pertencem a esse mesmo espaço semântico as palavras domo, domicílio, mordomo, dama, dono, domingo, domínio, donzela e dominar... Igualmente, a etimologia remota do verbo latino *educĕre* —na forma do radical indo-europeu *deuk*— aponta exatamente no sentido de “levar para”; desse modo, *ex—ducĕre* denota “tirar de” ou “levar para adiante”, mover algo para um outro lugar diferente daquele em que esse algo se encontrava. Esse recurso à etimologia não significa determinar supostos sentidos mais verdadeiros, porque originais, para as palavras. Também não significa lamentar os deslocamentos que aconteceram ao longo do tempo, de modo a tentar recolocar as palavras num suposto melhor sentido que teria sido perdido no desenrolar da História. Significa, apenas, que

sempre se pode ressignificar as palavras sem que isso implique uma violência semântica sobre elas, em torno delas ou sobre aquilo e aqueles a que elas se referem.

Dizer que a educação é o processo que conduz os de fora para o interior de um grupo social deve ser entendido no sentido mais amplo e forte possível, ou seja, a educação conduz para o interior de uma cultura, com seus códigos de comunicação, suas práticas e representações, seus artefatos e modos de pensar. Para dizer de uma forma mais sintética —mas não mais simples...— recorro, aqui, aos conceitos wittgensteinianos de “jogos de linguagem” e “forma-de-vida”, de modo a propor a seguinte formulação: a Educação é o processo pelo qual os indivíduos são introduzidos em um grupo social e moldados pelas formas-de-vida ali partilhadas, de modo a imergir nas condições materiais e nos jogos de linguagem que são singulares e próprios do grupo que os recebe.

Esse entendimento nos leva para a radicalidade da dimensão social e, daí, para a dimensão radicalmente cultural dos processos educativos. Entrar numa cultura implica, então, bem mais do que se apropriar dos códigos e valores dessa cultura e saber manejá-los. A situação é mais complexa e mais sutil: ao entrar numa cultura, o indivíduo é conduzido (educado) para a construção e constituição de um eu próprio — ou, se quisermos, de um *self*— que tem, incorporada de modo profundo e definitivo em si mesmo, a cultura em que ele entrou e mergulhou. Não existe um eu anterior à cultura que justamente o modelou como um eu. Nesse sentido, pode-se dizer que não se trata, então, de “um eu *plus* uma cultura”. Não se trata apenas de “um eu revestido por uma cultura” ou de um eu que simplesmente partilha de uma cultura com outros eus. Trata-se, mais do que isso, de um eu que é a própria cultura; o eu encarna a cultura e a cultura é feita carne no eu. Tal entendimento coloca o conceito de interpelação cultural num nível bem menos superficial, fenomenológico e mecânico do que parte da literatura dos Estudos Culturais tem feito até agora. A rigor, então, o indivíduo que, ao longo de sua vida, mergulhou em duas culturas não tem um eu único capaz de mudar as máscaras e desempenhar dois papéis diferentes; a rigor, esse indivíduo tem dois eus tão diferentes quanto diferentes forem as duas culturas em que ele mergulhou e constituiu seus dois eus.

A inseparabilidade entre a biopolítica e a educação tem a ver justamente com a noção de que não preexiste um sujeito a ser moldado pela educação. Essa entidade que chamamos de sujeito biopolítico é constituída no desenrolar dos próprios processos educativos. Ele será um sujeito biopolítico na medida em que os processos educativos, que atuam sobre ele e nele, acontecem numa sociedade em que a biopolítica tem maior ou menor relevância. Em outras palavras, a educação não atua de fora para dentro

sobre um sujeito que estaria desde sempre aí; ela, pouco a pouco, fabrica o sujeito de um modo pervasivo, permanente e microfísico e, para tanto, serve-se das práticas que acontecem no *milieu* social em que ele está mergulhado. A noção de mergulho é útil, pois aponta para a metáfora derrideana do peixe que, mergulhado toda a vida na água do aquário, não sabe o que é água e, nem mesmo, o que é aquário.

Ao chamar de biopolítica o conjunto de estratégias e táticas pelas quais o biopoder se organizou e foi colocado em funcionamento —a partir da segunda metade do século XVIII, de modo a governar não apenas os indivíduos em sua singularidade, mas o conjunto dos indivíduos, tomados coletivamente sob a denominação de população—, Foucault criou, para si mesmo, as condições que o levaram a inventar o conceito de governamentalidade. Lembremos os principais sentidos que o filósofo atribuiu a essa palavra. Entre eles, o que me parece mais interessante é aquele que coloca a governamentalidade na articulação entre o sujeito e a população de que o sujeito faz parte, ou seja, é aquele que situa a governamentalidade na intersecção do eixo da subjetividade com o eixo populacional, na intersecção do eixo em que o sujeito governa a si mesmo com o eixo em que o sujeito governa os outros. Nas palavras de Thomas Lemke (2007), a governamentalidade situa-se no ponto em que a microfísica do poder —com suas práticas disciplinares e normalizadoras— se cruza com as questões relativas às macropolíticas do Estado.

É a partir daí que me parece produtivo entender a governamentalidade como um operador diádico entre a biopolítica e a educação. E é a partir daí que conceitos tais como população, governamentalidade, biopolítica, liberalismo —e, depois, neoliberalismo— formam um todo muito interessante, coeso e potente para compreendermos a gênese e o desenvolvimento dos Estados e das sociedades modernas. Nisso tudo, a educação desempenhou papel decisivo, fabricando indivíduos cujas subjetividades foram e continuam sendo produzidas (nesses processos de gênese e desenvolvimento) e, ao mesmo tempo, foram e continuam sendo produtoras desses mesmos processos. Como minuciosamente demonstraram Julia Varela e Fernando Álvarez-Uría a partir das contribuições inaugurais de Foucault, no caso da educação escolarizada tudo isso atingiu a máxima economia possível, motivo que levou aqueles colegas espanhóis a usarem a expressão “maquinaria escolar”.

Estudos de Biopolítica e Educação na América Latina e no Brasil

Essa pequena história que vou contar, nos próximos minutos, é bem conhecida de vocês. Na América Latina, os primeiros escritos sobre biopolítica, no marco teórico-metodológico concebido por Michel Foucault, ocorreram há cerca de apenas

duas décadas e aconteceram no âmbito das discussões sobre a governamentalidade, o liberalismo e o neoliberalismo. A fim de uma melhor compreensão desse fenômeno, vale a pena situá-lo no duplo cenário histórico em que ele ocorreu. De um lado, está o cenário editorial; de outro lado, o cenário político latino-americano.

No primeiro caso —no lado do cenário editorial—, o quadro é bem específico: a publicação dos cursos que Michel Foucault proferiu no Collège de France funcionou e continua funcionando como uma fonte riquíssima para os estudos sobre a Modernidade europeia e, por consequência, sobre a Modernidade no sentido mais abrangente dado a essa palavra. Até a publicação de *Em defesa da sociedade*, *Nascimento da biopolítica* e *Segurança, território, população* —para citar apenas os cursos mais pertinentes às questões que interessam aqui—, pouco acesso se tinha aos conteúdos minuciosamente desenvolvidos pelo filósofo, em sua genealogia do Estado moderno, do liberalismo, do neoliberalismo e da governamentalidade. A transcrição de algumas aulas, fragmentos e anotações, bem como alguns depoimentos de pessoas que haviam frequentado aqueles cursos mostravam-se promissores; mas a publicação dos textos completos de cada curso foi decisiva para levar os Estudos Foucaultianos para um nível até então impensado.

No segundo caso —no lado do cenário político latino-americano—, o quadro é mais amplo, mais abrangente. Com o enfraquecimento, esgotamento e queda dos regimes ditatoriais de direita e extrema-direita na América Latina, e com o fim da Guerra Fria, logo cresceram os movimentos populares a favor da abertura política e da democratização na região. Mas, em vários países, isso não significou uma esquerdização *tout court*, senão que logo se instalaram situações ambíguas e aparentemente contraditórias.

No Brasil, por exemplo —e esse é o caso que eu conheço um pouco melhor, mas certamente não foi o único—, os sucessivos governos democráticos ao mesmo tempo em que se autoproclamavam progressistas e populares acabaram por fazer expressivas concessões aos ditames da racionalidade neoliberal, se com essa expressão entendermos tanto uma forma de vida quanto, em termos políticos e econômicos, uma forma de autolimitação da razão governamental, e não simplesmente uma ideologia ou teoria econômica. Se analisarmos tal fenômeno com as ferramentas conceituais fornecidas por Foucault naqueles cursos do Collège de France na segunda metade da década de 1970, logo se vê que tal ambiguidade é apenas aparente e não implica uma contradição.

Ainda que seja importante e interessante fazer um estudo genealógico comparativo e detalhado da proveniência e emergência da “adesão” latino-americana

ao ideário neoliberal, aqui e agora o que mais importa é destacar que —gostemos ou não gostemos, queiramos ou não queiramos— o neoliberalismo vem encontrando um terreno muito propício para se firmar em vários países do Continente e que é preciso levar em conta tal estado de coisas para qualquer discussão consequente sobre o biopoder e a biopolítica na região. Nesse cenário, deve-se estar atento para, pelo menos, três questões.

A *primeira questão* é de ordem conceitual e metodológica: é necessário caracterizar de modo detalhado as diferentes configurações que a racionalidade neoliberal vem assumindo nas várias nações latino-americanas. Em outras palavras, é preciso mapear as especificidades do neoliberalismo, principalmente no que concerne às suas diferentes manifestações através das políticas públicas programadas, bem como a efetividade com que tais políticas são ou não são implementadas. É claro que, como parte dessas políticas, as biopolíticas sempre têm posição de destaque. Para lembrar as diferentes configurações da racionalidade neoliberal na Região, eu tenho sugerido que se usem, cada vez mais, as palavras no plural: os neoliberalismos, as governamentalidades, as biopolíticas etc.

A *segunda questão* não é menos importante: penso que se faz cada vez mais urgente partirmos da caracterização regional das configurações do neoliberalismo para compreendermos as diferentes maneiras e ênfases com que as biopolíticas têm sido entendidas, operadas e conduzidas na América Latina.

A terceira questão me parece ser a mais urgente e difícil. Trata-se das implicações biopolítica dos violentos, generalizados aparentemente espontâneos movimentos populares, ou melhor, revoltas populares que estão explodindo mundo afora. Em outras palavras, a questão é: quais as relações entre tais revoltas populares, a governamentalidade neoliberal e as atuais configurações que a biopolítica vem assumindo nos dias de hoje?

Ligado a tudo isso, é preciso estarmos atentos aos deslocamentos, desdobramentos e alargamentos do próprio conceito de biopolítica, na forma pela qual ele foi proposto por Michel Foucault. Não só essa palavra vem se tornando cada vez mais polissêmica como, também, ela tem sido tomada como maior ou menor referência para novos conceitos, tais como noopolítica, ecopolítica, etopolítica, tanatopolítica, antropopolítica, geneapolítica, neuropolítica e até mesmo neurobiopolítica. E como se isso fosse pouco, ainda há a proliferação semântica a partir de cada uma dessas novas palavras... Assim, por exemplo, hoje já se fala correntemente em ecopolítica planetária e até em ecopolítica interplanetária, galáctica e intergaláctica! Temos um outro exemplo naquilo que alguns estão chamando de

neuropolítica, entendida como uma articulação entre as neurociências e a política. No Brasil, recorrendo ao que chamam de neuropolítica, *experts* em *marketing* político-eleitoral prometem tanto moldar as decisões dos eleitores quanto empreender previsões políticas que se autoproclamam certas e infalíveis.

Ainda que os aspectos morais envolvidos com essas questões sejam extremamente importantes, meu interesse aqui não é discuti-los, mas tão somente mostrar a proliferação de conceitos que são, em maior ou menor grau, relacionados com a biopolítica foucaultiana. Também não se trata de policiar o uso das palavras, de controlar o que pode e o que não pode ser dito. Ninguém aqui é guardião, aqui não há um templo e nem há nada nem ninguém a defender. A questão é outra e tem dupla face metodológica.

De um lado, importa sabermos sobre o que se fala quando se invoca Foucault para falar de biopolítica e de biopoder. Nesta face, a questão central pode ser sintetizada na pergunta: “do que estamos falando quando falamos em biopolítica e biopoder?”. Aí, são bastante interessantes as contribuições metodológicas de alguns colegas que recentemente vêm tematizando as aproximações entre os Estudos Foucaultianos, a Filosofia Analítica e o Neopragmatismo. Esse é o caso, entre outros, do nosso grupo de pesquisas de Porto Alegre e de Frédéric Gros, Arnold Davidson, Luca Paltrinieri, Stéphane Eustache e Todd May (para citar apenas alguns nomes).

De outro lado —e relacionada com a face anterior—, importa avaliarmos o quanto se ganha e o quanto se perde com tantos deslocamentos, desdobramentos, torções e alargamentos conceituais a partir da biopolítica e do biopoder foucaultianos. Nesta face, a questão pode ser sintetizada na pergunta: “para quão longe se pode deslocar os conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder?”. Sobre isso, entre vários outros exemplos possíveis parecem-me muitíssimo interessantes as análises e críticas feitas por Paul Rabinow, Nikolas Rose, Edgardo Castro e Thomas Lemke.

Voltando à relação biopolítica — educação, para terminar

Nunca será demais lembrar que é próprio da racionalidade neoliberal a intervenção governamental indireta sobre a economia. Para o neoliberalismo, as políticas e ações do governo devem agir sobre o meio social e cultural onde a economia atua, isso é, o governo deve agir onde se dão os processos econômicos propriamente ditos e não diretamente sobre os processos econômicos em si. É fácil, pois, constatar por que, para os neoliberais, a Educação ocupa um lugar absolutamente relevante. Afinal, são justamente as políticas e as práticas educacionais, através

principalmente da maquinaria escolar, que engendram as condições de possibilidade para o sucesso do neoliberalismo, na medida em que, inventam e colocam em circulação novos dispositivos de subjetivação, de modo a moldar novas posições de sujeito ou, se quisermos, moldar os novos ambientes sociais de modo a construir novas subjetividades (que adjetivamos de neoliberais). Nesse caso, mais do que criar, reforçar ou reproduzir supostas ideologias, a Educação cria condições de que resulta a fabricação de determinadas subjetividades. Nos nossos dias de hoje, tais condições são justamente as condições da governamentalidade neoliberal, com todos os componentes biopolíticos e de controle que conhecemos, sem que tenham desaparecido completamente o disciplinamento e a normalização. É nesses cenários sociais, culturais e educacionais que se fabricam os sujeitos neoliberais: flexíveis, performáticos, competitivos, empreendedores, autorresponsáveis, aparentemente livres e sempre endividados (Lazzarato, 2011).

Aqui, vale abrir um parêntese para lembrar o significado que Foucault atribui à palavra “governo” e ao verbo “governar”. Como bem sabemos, a partir de meados dos anos setenta, o filósofo passa a usar cada vez mais a palavra governo e suas derivadas como elas haviam sido usadas até o século XVI. Nas palavras do filósofo em “O sujeito e o poder”, “*governo* não se referia apenas às estruturas políticas ou à administração dos Estados”, mas, também, à “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou de grupos: o governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes”. Sendo assim, governar “consiste em estruturar o campo de ação possível dos outros” (Foucault, 1983, p. 221). Se, para o filósofo, o poder era uma ação sobre ações, o governo aponta para um sentido, ao mesmo tempo, mais forte e amplo: tanto uma ação sobre ações, quanto sobre o campo possível das ações (dos outros e de si mesmo).

Nos cenários neoliberais, a educação escolar vem sendo crescentemente convocada não apenas para dar respostas diretas aos anseios e às demandas sociais como, também, para executar programas de clara intervenção social. Essas convocatórias são bem visíveis na mídia, nas demandas do capitalismo avançado e no *marketing* que o neoliberalismo faz de si mesmo. Mas é preciso ver numa camada menos superficial, a fim de nos darmos conta de que tais convocatórias esperam mais da escola do que formação e qualificação de mão de obra; esperam mais do que expertises profissionais e do que formação de bons consumidores. Isso tudo é verdade; porém, mais do que isso, a educacionalização da sociedade —um processo que não é novo na História da Educação— tornou-se crucial para o bom funcionamento do neoliberalismo na medida em que assegura a formação de um campo social possível para as ações que interessam ao próprio neoliberalismo. Esse campo social é

constituído justamente por subjetividades sintonizadas com —e a serviço do— neoliberalismo.

Como argumentaram Smeyers e Depaepe (2008), a educacionalização da sociedade e a correlata educacionalização dos problemas sociais têm na escola o seu centro. Mas, como mostraram Carlos Noguera-Ramírez (2011) e outros autores, bem como mostraram as articulações entre os Estudos Culturais e os Estudos Foucaultianos, a educacionalização da sociedade também se espalha por toda parte. As chamadas pedagogias culturais, que se valem sobretudo da mídia e da indústria cultural, colocam seus focos justamente aí. É por elas que, por exemplo, se veiculam campanhas biopolíticas e se estabelecem determinados regimes de verdade sobre a vida humana e, também e cada vez mais, sobre a vida em geral. Numa refinada articulação entre Michel Foucault e Peter Sloterdijk, Dora Marín-Díaz (2013) demonstrou que até mesmo a literatura de autoajuda, com sua variada tipologia e seus múltiplos públicos, tem papel de destaque em tais processos de educacionalização — também biopolítica— da sociedade.

No caso dos (assim chamados) países em desenvolvimento, a educação é duplamente convocada. Por um lado, em termos tradicionais e gerais, ela é chamada para funcionar como veículo de ação política ou, no caso da educação escolar, como *locus* de intervenção social, pois ela é vista como capaz de suprir as carências sociais e econômicas das populações. Temos bons exemplos da biopolítica atuando nesse nível: as campanhas educacionais de prevenção de doenças ou a favor de uma vida saudável e “correta” estão constantemente nas agendas pensadas pelos órgãos internacionais e dirigidas para as regiões pobres do planeta, com destaque para a África e para a América Latina. Por outro lado, em termos específicos da racionalidade neoliberal, a educação escolar vem sendo cada vez mais acionada como fornecedora de cidadãos autônomos, empreendedores, flexíveis e responsáveis por si mesmos; bons consumidores, competidores e trabalhadores. A educação —escolar e não-escolar— vem sendo acionada como fornecedora das novas subjetividades afinadas com o neoliberalismo; assim afinadas, tais subjetividades neoliberais funcionam como o substrato ideal para a boa *démarche* da racionalidade neoliberal.

É nesse jogo que se pode compreender bem claramente o destaque dado, por exemplo, às políticas e práticas de inclusão social e, muito especialmente, de inclusão escolar. Como tem insistentemente argumentado Maura Corcini Lopes e seu grupo de pesquisa no Brasil, o imperativo da inclusão não permite que ninguém seja deixado fora do jogo neoliberal. Afinal, em termos da lógica do capitalismo, quanto mais gente qualificada houver para produzir, consumir e competir, melhor e mais rápida

funcionará a acumulação do capital. E, em termos da racionalidade neoliberal, é claro que quanto mais subjetividades neoliberais houver, mais efetiva será a *démarche* do neoliberalismo. Ao falar “em gente qualificada”, aponto para o fato de que as políticas de inclusão se articulam também com a biopolítica, pois não basta haver consumidores e competidores, mas é preciso que eles sejam saudáveis ou, pelo menos, se distribuam ao longo de escalas de normalização bem conhecidas, controladas e manejáveis.

*

É no marco de todos esses entendimentos que se pode tirar o maior proveito dos estudos sobre as relações entre biopolítica e educação. As perspectivas que se abrem para a pesquisa nesse campo são muito promissoras. Partilho das posições assumidas por vários especialistas, no sentido de que ainda “há muita água a correr sob essa ponte”; dentre tais especialistas (mesmo cometendo graves omissões...) cito, além dos que já citei, os colegas Nikolas Rose, Santiago Castro, Edgardo Castro, Paul Rabinow, Peter Miller, Thomas Lemke, François Ewald, a colega Silvia Grinberg e, no Brasil, Paula Sibilia, Maria Rita Cesar, Sylvio Gadelha e Edson Passetti. Mas, também com eles, sugiro uma atenção cuidadosa para que a água não se contamine demais, não se turve demais. Ao mesmo tempo em que a atualização e a ressignificação da biopolítica tomam caminhos muito interessantes, parece que em alguns pontos a água está se tornando excessivamente turva. Para dizer de outro modo: alguns desses caminhos apresentam-se um tanto problemáticos. Sem pretender ser exaustivo, citarei apenas três questões que considero importantes, sem qualquer ordem de precedência de alguma em relação às demais.

Em *primeiro lugar*, volto à questão de ordem conceitual e metodológica. Nas variadas investigações que se descortinam à nossa frente, sugiro tomarmos cuidado para não esticar demais, não levar longe demais, não descaracterizar o conceito de biopolítica proposto por Michel Foucault. As recentes contribuições feitas por autores que diretamente invocam os conceitos de biopoder e biopolítica —como é o caso de Roberto Esposito, Giorgio Agamben, Maurizio Lazzarato, Antonio Negri e Michael Hardt—, em que pese suas relevâncias teóricas, parecem ter incorporado apenas parcial ou, arrisco-me a dizer, equivocadamente as discussões iniciadas por Foucault. Isso não teria nenhum problema e até poderia ser interessante se tais contribuições não se autodeclarassem herdeiras, seguidoras e amplificadoras da caracterização que Michel Foucault fez da biopolítica. De novo aqui, se advogo a favor de um rigor conceitual, não o faço em nome de uma fidelidade a uma suposta verdade foucaultiana; nem isso faz sentido para Foucault, nem ele precisa disso, nem eu tenho competência para tanto. A busca do rigor conceitual nada tem a ver com uma suposta fixação do sentido e nem é feita em nome de alguma “vontade de fidelidade” ao

filósofo —uma atitude que nada teria a ver com a atmosfera que se respira no campo dos Estudos Foucaultianos... Mas tem a ver, sim, com a busca de uma maior clareza sobre o que se pensa e se diz, a fim de conduzirmos de modo mais consequente aquilo que investigamos e que propomos. Esse talvez seja o tempero que tenho trazido da Filosofia Analítica para os Estudos Foucaultianos...

Em *segundo lugar*, é preciso estar atento ao fato de que a biopolítica mantém relações intrincadas com todas as esferas do mundo social. Mas, no campo das políticas e das práticas educacionais separar o que faz parte daquilo que não faz parte da biopolítica é uma operação nem sempre fácil; porém é sempre necessária. Dessa maneira, assim como simplesmente afirmar que “tudo é poder” ou ver a governamentalidade por toda parte são operações lamentáveis, enxergar o biopoder e a biopolítica em todo lugar denota um mau entendimento da teorização oferecida por Foucault. E o pior de tudo é ver na biopolítica uma permanente e diabólica ameaça sobre nós.

Em *terceiro lugar*, uma questão de ordem epistêmica. Talvez ela não seja uma questão propriamente internacional; mas tenho certeza de que ela é uma questão tipicamente brasileira e que, certamente interessa a vários países latino-americanos. Se pretendemos mesmo nos manter afinados com os Estudos Foucaultianos, se queremos trabalhar com Foucault e a partir de Foucault, as investigações no campo em que a educação se entrecruza com a biopolítica têm de estar atentas aos modos em que a educação é hoje pensada no Brasil e em boa parte da América Latina. Mesmo guardadas as variadas diferenças regionais ou teóricas, arrisco-me a afirmar que uma parte dos discursos pedagógicos latino-americanos padecem de alguns dos *topoi* que estavam presentes nas configurações da proveniência da Pedagogia moderna e que emergiram com o Humanismo renascentista. Na maior parte desses discursos pedagógicos, o fundamentalismo, quase sempre carregado de catastrofismo, prometeísmo, salvacionismo, redentorismo, reducionismo e principalmente messianismo permanecem de tal maneira entranhados que mais obscurecem e desfocam do que clarificam os fenômenos sociais, econômicos e culturais relacionados com a educação. Pensar as relações entre a educação e a biopolítica demanda criticar e desnaturalizar todos esses travantes *topoi* que herdamos das tradições judaico-cristãs e do neoplatonismo dos primeiros Padres da Igreja. Isso exige de nós o esforço do estranhamento e o risco da problematização. Tudo isso nos coloca fora do *main stream* pedagógico. Tudo isso exige, de nós, a crítica radical constante; exige fazer aquilo que Foucault disse ser necessário fazer: “tornar difíceis os gestos fáceis demais”.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

FOUCAULT, Michel. The subject and power. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

LAZZARATO, Maurizio. *La fabrique de l'homme endetté*. Paris: Amsterdam, 2011.

LEMKE, Thomas. An indigestible meal? Foucault, governmentality and state theory *Distinktion: Scandinavian Journal of Social Theory*, Copenhagen, n. 15, 2007.

MARÍN-Díaz, Dora Lilia. Autoajuda e Educação: uma genealogia das antropotécnicas contemporâneas. *Tese de Doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. *Pedagogia e governamentalidade ou Da Modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SMEYERS, Paul; DEPAEPE, Marc. Educational Research: the educationalization of social problems. v. 3. Gent: Springer, 2008.

* Conferência de encerramento do IV CLAB (Coloquio Latinoamericano de Biopolítica) e II CIBE (Coloquio Internacional de Biopolítica y Educación), no dia 6 de setembro de 2013, na cidade de Bogotá, Colômbia.

** Alfredo Veiga-Neto é Doutor em Educação, Professor Titular do Departamento de Ensino e Currículo e Professor Convidado Efetivo do PPG-Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. alfredoveiganeto@uol.com.br